

## PODCAST: Desigualdades Corporificadas no Antropoceno

### EPISÓDIO 10:

#### "Subsistência Antropocênica: As Desigualdades Corporizadas dos Sistemas Alimentares Globais"

##### Parte 1: Disputas políticas, legais e epistêmicas

**00:00:00 Juan Mayorga:** Desigualdades corpóreas do Antropoceno, formando capacidades em Antropologia Médica, uma série que analisa os impactos no bem-estar humano e não humano nesta era geológica de profundas transformações.

**00:00:21 Laura Montesi:** Em dezembro de 2020, o presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador publicou no Diário Oficial da Federação um decreto destinado à substituição gradual do herbicida conhecido como glifosato nas plantações, com o objetivo de proteger a saúde e o meio ambiente. No início de 2023, outro decreto proibiu a liberação no meio ambiente de sementes de milho geneticamente modificado, bem como o uso desse tipo de milho nos grãos destinados aos processos de nixtamalização ou elaboração de farinha realizados no setor conhecido como massa e tortilha para alimentação humana. O uso de milho geneticamente modificado continuava permitido para o restante da indústria alimentícia humana e para a alimentação animal. Também foram estabelecidas diretrizes para substituir gradualmente o milho geneticamente modificado e o milho para alimentação animal e uso industrial para alimentação humana, com vistas a ampliar a biossegurança e alcançar a autossuficiência alimentar por meio da produção nacional. Diante dessas iniciativas, os Estados Unidos manifestaram sua insatisfação, vendo ameaçado o setor de exportação de milho para o México. Para o vizinho do norte, essas medidas são incompatíveis com as obrigações do México em virtude do Tratado de Livre Comércio entre México, Estados Unidos e Canadá, conhecido como T-MEC, que entrou em vigor em 1º de julho de 2020.

A controvérsia levou à criação de um painel de especialistas, conforme estabelecido nas disposições legais do T-MEC. Em dezembro de 2024, após analisar as diferentes posições, o painel emitiu seu veredicto a favor dos Estados Unidos e do Canadá, alegando que as medidas mexicanas são incompatíveis com algumas disposições do T-MEC, que não se baseiam em princípios científicos pertinentes e que, no âmbito da controvérsia, o México não apresentou uma avaliação de risco de acordo com as normas, diretrizes e recomendações de organizações internacionais relevantes.

Tomando essa controvérsia como motivo de reflexão sobre questões que dizem respeito à segurança e soberania alimentar, os possíveis conflitos entre o direito comercial, por um lado, e o direito à vida, à alimentação e ao meio ambiente saudáveis, por outro, decidimos entrevistar especialistas que, a partir de suas áreas disciplinares, científicas e de ativismo comunitário, têm acompanhado de perto a questão da proteção dos milhos nativos no

México, país considerado o centro de origem do *Zea mays* e cujas dietas, culturas e civilizações milenares se desenvolveram em torno desse grão.

Eu sou Laura Montesi Altamirano, antropóloga médica e da saúde, pesquisadora da Secretaria de Ciências e Humanidades vinculada ao CIESAS Pacífico Sur, e dou as boas-vindas a vocês a uma sessão de podcast centrada nesses temas.

Nesta ocasião, tenho o prazer de compartilhar esta conversa com colegas, que tenho o prazer de apresentar. Em primeiro lugar, temos a Dra. Ana Wegier Briuolo, pesquisadora da UNAM, especializada em Genética da Conservação e Agrobiodiversidade. Ana estuda espécies selvagens e domesticadas, como o algodão e o milho, integrando Ciência Política e Sociedade para a conservação da biodiversidade. Apaixonada pela divulgação científica, a Dra. Wegier trabalha ativamente em temas de agrobiodiversidade, conservação, evolução e políticas públicas. Ela participa de comissões nacionais e internacionais relacionadas à sustentabilidade, conservação e biossegurança, e atuou precisamente como especialista no painel do T-MEC sobre as medidas mexicanas relativas ao milho geneticamente modificado em questões de Fluxo Genético e Biodiversidade. Obrigada, Ana, por estar aqui conosco hoje, muito obrigada.

Junto com Ana, participa deste episódio a professora Polette Rivero Villaverde. Olá, Polette. Muito obrigada e é um prazer ter todos vocês aqui. Muito bem, Polette é professora em tempo integral no Centro de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNAM e atualmente é doutoranda no programa de pós-graduação em Estudos Latino-Americanos. Ela colaborou em vários projetos de pesquisa e publicou artigos sobre geopolítica e geoeconomia latino-americana, crise econômica, crise civilizacional, bem como segurança e soberania alimentar e o papel dos alimentos nas guerras, um tema que me parece muito atual neste momento, e a financeirização. Em sua experiência profissional, trabalhou em 2019 como subdiretora de Política e Normativa Internacional na Comissão Intersecretarial de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados, anteriormente conhecida como CONACYT e agora SECIHTI, precisamente a Secretaria de Ciência, Humanidades e Tecnologia. Bem-vinda, Polette, a este espaço.

E, finalmente, apresento o engenheiro Aldo González Rojas, zapoteco de Guelatao de Juárez, em Oaxaca, e membro da área de direitos indígenas da União das Organizações da Serra Juárez de Oaxaca, de onde tem trabalhado na defesa dos direitos dos povos indígenas. Desde os anos 90, ele mantém uma campanha permanente pela defesa dos milhos nativos mexicanos e contra a contaminação por transgênicos. É membro e impulsor da Rede em Defesa do Milho, impulsor também do direito à autodeterminação dos povos indígenas nas comunidades zapotecas de Oaxaca. Participou do Coletivo Oaxaqueño em Defesa dos Territórios e, junto com seus companheiros e companheiras, organiza atualmente o Workshop de verão “Estratégias para o Ensino Comunitário”. Aldo, seja bem-vindo, obrigado por estar conosco.

Ana, vamos começar com você. Você pode nos explicar o que são organismos geneticamente modificados e, mais especificamente, o milho transgênico?

**00:06:39 Ana Wegier:** Os organismos geneticamente modificados podem ser entendidos como aqueles cuja informação genética foi alterada para cumprir uma função específica que antes não tinham. São aqueles em que são introduzidos mecanismos ou maquinarias que vão dar a essa cultura uma função completamente diferente e é por isso que é necessário alterar a sua informação genética, mudá-la, mudar as coisas de lugar. O princípio da modificação genética é alterar isso, mas as formas e as técnicas são muito variadas. Existem aquelas que conhecemos como transgênicas, que consistem em introduzir informações provenientes de outra espécie na cultura, mas também existem outras em que as informações genéticas existentes são alteradas por outras que cumprem as funções. Isso é feito mais em termos de medicina, pode-se fazer isso individualmente. Então, temos que dividir o que é de culturas, o que é de medicina, o que é de pesquisa em geral, ao que nos referimos o tempo todo são os organismos geneticamente modificados que vamos comer.

O milho geneticamente modificado é aquele que, em laboratório ou de forma muito artificial, recebeu informações para que agora se comporte de maneira diferente daquela que o milho e seus parentes silvestres têm se comportado há milhares de anos. A que me refiro, por exemplo? introduz-se um pedaço de informação genética proveniente de uma bactéria e, para que essa informação genética funcione, coloca-se também um pedacinho no início e outro no final de outras espécies e, além disso, coloca-se um marcador para sabermos que essa informação está lá. Então, faz-se um pequeno comboio de quatro espécies que são introduzidas no milho e, assim, dentro da informação genética do milho, podemos imaginá-lo como um comboio muito, muito, muito longo que faz com que o milho seja de todas as formas que é. essa é a sua informação genética, diz mais ou menos como ele vai ser, mas agora se coloca um pedacinho que tem a capacidade de fazer com que o milho faça nesse vagão, digamos, coisas novas, como produzir algumas proteínas que são inseticidas.

Agora, os insetos que comem o milho vão morrer, essa era uma capacidade que a bactéria tinha, de onde tiraram a informação genética, e essa informação agora é inserida no milho, e o milho então muda porque muda sua relação com o ambiente. Antes, digamos que o milho era amigável com esses insetos que podiam comê-lo e agora não é mais, mas isso muda todas as relações no sistema, na milha, no cultivo mudam- , porque esses insetos também eram comidos por pássaros. Então, se eles não estão mais lá, muitas outras relações mudam.

Então, esse é um dos exemplos, mas pode haver outros, como por que o milho geneticamente modificado pode resistir ao glifosato, pois agora pode-se aplicar esse herbicida, que é muito poderoso e mata as plantas, mas o milho que é geneticamente modificado para sobreviver ao glifosato tem isso, sobrevive, e por que sobrevivem? Porque seu metabolismo está acelerado, está na defensiva e, então, muda completamente a maneira como a planta interagia com o ambiente. Então, em resumo, um milho

geneticamente modificado tem novas funções nunca antes vistas ou analisadas no contexto do milho, por isso é feita muita pesquisa para poder introduzir essas novas funções que servem principalmente apenas para os produtores, não têm nenhum benefício para os consumidores, nem para o ambiente, nem para nada, servem apenas para produzir mais rapidamente e utilizar esses agroquímicos que eles vendem.

Da mesma forma, as mesmas indústrias que vendem as mesmas sementes, e, portanto, os problemas do milho transgênico podem ser analisados em diferentes fases, não, desde as que têm a ver com a economia, a cultura, os aspectos de saúde, de inocuidade e também a dependência que geram, essas sementes só funcionam e são feitas para serem vendidas por uma geração, não como o nosso sistema de milho mexicano, onde guardamos, armazenamos as sementes. Essas formas, como não são previstas para quem vende as sementes, não são investigadas e muito pouco se sabe sobre as consequências que têm muitas gerações em campo aberto interagindo com toda a milpa, todos os insetos, as bactérias, nós mesmos comendo, guardando sementes, cultivando ano após ano, todas essas partes do milho geneticamente modificado em geral não são investigadas.

Algo muito importante que precisamos aprender é que o milho geneticamente modificado significa apenas qual foi o mecanismo ou as técnicas da biotecnologia moderna com as quais a informação genética foi introduzida no milho. Mas o milho geneticamente modificado é muitas coisas, porque depende para que, como e quando se quer esse milho, o milho vai se comportar de maneira diferente. O que quero dizer com isso? Que não é a mesma coisa um milho que tem propriedades inseticidas que aqueles que resistem a herbicidas, que aqueles que podem levar vacinas ou que poderiam produzir plásticos ou tecidos. Depende do que eu quero fazer, é para a modificação que foi feita e depois sabemos que cada uma das informações, as informações e s genéticas que estão lá não estão sozinhas, dependem do ambiente em que estão, de como se comportam.

Então, da mesma forma que reagimos ao ambiente, se está frio, se está calor, coisas diferentes acontecem conosco, sentimos frio ou calor, ficamos doentes ou não ficamos doentes. Bem, o mesmo acontece com as plantas. Geneticamente, podemos ter a informação dentro delas, mas o que acontece no ambiente muda o seu comportamento. Portanto, é muito importante que, embora muitas vezes se fale do milho transgênico como uma coisa e se generalize, é preciso aprender que se um milho geneticamente modificado já provou uma coisa, não é suficiente, cada um deles tem que continuar provando e demonstrando o que são.

**00:14:19: Laura Montesi:** Ana, muito obrigada. Acho que você nos dá muitas pistas para organizar as ideias e, em particular, acho fascinante pensar no milho, não como uma entidade isolada, mas como uma entidade viva que está dentro de um sistema mais amplo, mais complexo. E então temos que pensar em termos de relações. Acho que isso é superimportante e é um elemento que muitas vezes se perde quando se fazem debates muito dicotômicos, muito binários, sobre se o milho transgênico é bom ou ruim.



E, em particular, você mencionou, por exemplo, o conceito de sistema de milho mexicano. Então, gostaria de perguntar se você pode nos explicar o que entende por sistema de milho mexicano. Você também nos disse que, com o milho transgênico, estamos substituindo milhos que se desenvolveram e evoluíram ao longo de milhares de anos e que nos dão a garantia de que são saudáveis e inócuos. Então, por que o princípio da inocuidade é crucial para a alimentação e a saúde da população? O que você entende por inofensivo para a saúde?

**00:15:34: Ana Wegier:** Começando por, o que é o sistema de milho mexicano? O milho tem seus parentes silvestres no México, também há variedades nativas que chamamos de raças de milho. Também há milhos híbridos e milhos melhorados. Todos esses milhos têm suas características próprias, mas são da mesma espécie, sua informação genética, digamos que está acomodada de maneira diferente, mas basicamente é a mesma porque todos podem se reproduzir entre si, digamos, e não estariam aparecendo novos nesses cruzamentos, não estaria aparecendo nova informação. Então, é a informação e do milho que vem através de milhares e milhões de anos de evolução, porque é a partir dos parentes silvestres, que são todos os teocintles, as raças, sabemos que existem 59 raças, mas é apenas uma forma de classificar o milho. A diversidade dentro dessas raças é enorme e há raças que são plantadas desde a península de Yucatán até Veracruz e depois Tamaulipas, e sua informação genética varia muito, mas continuam sendo parte da mesma raça porque têm as mesmas características que vemos. Mas, internamente, a genética nos mostra que elas também são diversas. Essa é uma característica fundamental das raças de milho. E os milhos híbridos também têm suas próprias características, mas eles não são diversos, precisam de muito mais atenção nos cruzamentos para poder produzir as sementes e, quando os agricultores e agricultoras cultivam essas sementes, em geral não podem guardá-las para a próxima geração porque obtêm uma produção muito menor.

Há também outras variedades de milho que chamamos de acriollados, que são milhos melhorados ou híbridos que foram sendo adaptados pelas pessoas aos poucos e cujas características agora podemos ver mais misturadas e mais manejáveis. Tudo o que acabei de dizer é milho sem intervenção em laboratórios em sua informação genética, é o melhoramento que se diz tradicional, mas que pode ser feito a partir de um centro do INIFAP ou da UNAM, ou é o melhoramento camponês que está sendo feito o tempo todo, selecionando e experimentando. Há muita experimentação camponesa que gera novas características dentro do milho. Tudo isso é o sistema do milho mexicano. O que não está dentro do milho mexicano, então, são os milhos geneticamente modificados, cujo cultivo é proibido no México desde 2013 por ordem judicial. Mas que agora também são proibidos pela Constituição mexicana, que diz que não se pode cultivar milhos que tenham sido geneticamente modificados por técnicas que ultrapassem as barreiras da reprodução e da recombinação. Isso significa apenas que todos os milhos que podem se reproduzir entre si e cuja diversidade não foi obtida por técnicas em laboratórios, como expliquei que são os geneticamente modificados, então são permitidos, o que não é permitido, pois não está dentro do milho mexicano, é alterar a identidade, a integridade.



E agora você me perguntou sobre a inocuidade, certo? Então, passando para a próxima pergunta, o que entendemos por inocuidade? Acho que podemos colocar essa pergunta em termos das garantias que o milho mexicano nos dá. Temos a garantia, por exemplo, de que posso recomendar que uma pessoa ou uma criança, menores, meninos e meninas, comam milho, quase todo o milho que quiserem, e sei que não vão ficar doentes, que não vão se intoxicar com a quantidade de milho que comem em geral, não vão ter um problema de saúde grave, Tenho essa garantia e essa garantia é uma segurança que tenho porque, há tantos e tantos anos, conhecemos gerações de pessoas que comeram milho em suas diferentes apresentações, desde que eram bebês no atole, desde a infância, em todas as apresentações e nas tortilhas, enquanto somos adultos, o milho não faz mal aos idosos, sabemos que essa é uma garantia de inocuidade. Por que digo isso? Porque pode ser que não, que o milho geneticamente modificado tenha que ser testado para ver se realmente pode ser consumido 365 dias por ano, três vezes ao dia, em todas as nossas fases de desenvolvimento, ou seja, desde que somos bebês até que sejamos idosos. É muito importante testar tudo isso porque a quantidade de milho que comemos no México não é igual à que se come em nenhum outro país do mundo e, portanto, é isso que precisamos saber: se é seguro ou não. Sabemos que nosso milho, mais uma vez, todas as variedades de milho e até mesmo os híbridos podem ser consumidos, mas o que não sabemos é se esse milho que agora é geneticamente modificado pode ser diferente, se tem uma propriedade diferente. Portanto, aquele que recebeu uma proteína inseticida precisa ser testado, mas aquele que recebeu a propriedade de resistir ao glifosato também precisa ser testado. E se amanhã inventarem um milho que faça outra coisa, então também precisam testá-lo. Isso é o que entendemos por inocuidade.

As outras garantias que o milho nos dá são que sabemos que podemos trocá-lo e não prejudicamos com quem estamos trocando, não é uma mercadoria ilegal, sabemos que podemos herdá-lo e que essa herança de sementes não é herdar problemas. Então, nós o herdamos com prazer, não, com tudo o que isso significa. Essas diferentes garantias que precisamos cuidar, porque o milho transgênico significa a perda dessas garantias. O milho transgênico, por exemplo, em termos de proteção, se eu o der a outra pessoa, ela pode ter problemas depois por querer vender, lucrar com esse milho, se ele tiver a proteção intelectual que pertence a uma empresa internacional e ela quiser exportá-lo, quiser fazer outra coisa, pois não pode, porque há regras que já não o permitem ou se eu tiver um milho geneticamente modificado e quiser plantá-lo em minha casa, não posso garantir a todos os meus vizinhos que não os vou contaminar geneticamente com isso, porque biologicamente o milho reproduz-se sempre com os que estão perto.

Portanto, o milho geneticamente modificado não possui as mesmas garantias para a saúde, nem para o meio ambiente, nem é cultural ou economicamente perfeito. Acho que fica muito claro para nós por que o princípio da inocuidade deve estar no centro da política mexicana, no interior de suas políticas domésticas. Mas também transferi-lo para o nível internacional com todas essas discussões e disputas legais que ocorreram. No final das contas, é preciso provar a inocuidade do milho transgênico e não o contrário. Então, acredito que isso pode ser um eixo orientador.

**00:23:58 Laura Montesi:** Muito obrigada, Ana, por suas contribuições, que nos dão um panorama muito complexo e claro ao mesmo tempo...

Polette, continuamos com você. Você poderia nos apresentar, em linhas gerais, qual é o panorama atual da política governamental mexicana e do sistema alimentar nacional? Quando falamos da promoção do milho nativo e do controle do uso do milho transgênico, o que está realmente em jogo? E, do seu ponto de vista, por que isso é tão importante?

**00:24:29 Polette Rivero:** Olá, é um prazer compartilhar com essas colegas e colegas tão ilustres. Primeiramente, gostaria de dizer que, quando falamos sobre a política alimentar atual, temos que nos referir um pouco ao contexto anterior e, nesse sentido, de forma muito breve, contar, não, dizer, lembrar que há 35 anos atrás fomos dominados pelo que conhecemos como políticas neoliberais, e elas são importantes porque com elas veio o desmantelamento da soberania e da autossuficiência alimentar em nosso país. Lembremos que esse desmantelamento ocorreu principalmente por meio das contrarreformas ao Artigo 27 da Constituição, da nova era agrária, do decreto do fim da distribuição agrária e, acima de tudo, do tratado, da assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e o Canadá. Este tratado abriu as portas a produtos agrícolas altamente subsidiados, o que teve como consequência a exclusão da produção camponesa, porque com isso entraram produtos extremamente baratos que deixaram deslocados os camponeses que eram os que sustentavam a autossuficiência e a soberania alimentar. Este tratado também trouxe consigo a entrada progressiva de organismos geneticamente modificados, particularmente o milho amarelo, e aumentou como nunca o poder das grandes empresas comercializadoras de grãos, sementes e cereais, com destaque para as americanas.

Bem, nesse contexto, passamos então a pensar quais são as políticas que caracterizam a 4T em matéria agroalimentar e é preciso dizer que continuamos sendo um país altamente dependente da importação de alimentos, essa é uma questão que ainda não foi superada. No entanto, também é preciso destacar que, em particular no caso do milho, é um tema delicado devido à sua centralidade em nossa dieta, em nossa cultura, na nutrição, e partimos disso para pensar se existem mudanças reais na política agroalimentar desses governos da 4T e em que consistem. Do meu ponto de vista, no sexênio anterior e no atual, ocorreram mudanças relevantes, embora insuficientes, para desmantelar estruturalmente a brecha de desigualdade entre aqueles que, por um lado, exercem o domínio agroalimentar e, no outro polo, aqueles que foram lançados às políticas assistencialistas de sobrevivência, que são os pequenos agricultores e agricultoras.

No primeiro ponto, quero destacar que considero que houve mudanças relevantes, porque quero reconhecer que, ao contrário da política anterior que privilegiava a compra de alimentos no exterior nos planos de desenvolvimento da 4T, foi contemplada novamente uma política pública de produção que, neste caso, é chamada de bem-estar ou assim como foi nomeada. E isso é importante porque voltou a olhar para os pequenos produtores, dando lugar a programas de subsídios, fertilizantes, ainda um plano ineficiente, mas



importante também, por exemplo, de preços garantidos. E bem, temos o crédito pecuário à palavra, a substituição do programa ASERCA pela empresa estatal SEGALMEX. É claro que o conhecido programa Sembrando Vida, que se dirige a diferentes comunidades rurais e, no entanto, bem, é preciso dizer que todos esses programas marcam uma mudança de rumo, mas têm sido insuficientes para restabelecer a soberania alimentar do nosso país.

Atualmente, critica-se o programa da Dra. Sheinbaum, que ela chamou de Sembrando Soberanía (Semeando Soberania) para o segundo andar da quarta transformação, cuja meta é alcançar a autossuficiência alimentar em milho, feijão, arroz e outros produtos em 2030, mas a discussão sobre o alcance tem sido importante. Então, com isso, dizer que tem sido insuficiente. Acho que o modelo anterior não foi completamente revertido e que, até hoje, continuamos dependentes da compra de grãos tão importantes como milho, trigo, sorgo, feijão, soja, e há muitos programas que ainda não chegam aos pequenos produtores. Nesse sentido, acho indispensável criticar que a 4T precisa repensar, de forma muito mais ampla, como encadear melhor a produção camponesa, a economia e a soberania alimentar nacional, levando em conta a questão das mudanças climáticas e ambientais. Ou seja, é complexo, houve avanços, é preciso reconhecer. No entanto, ainda há muito, muito a fazer e, nesse sentido, é por isso que a voz dos camponeses e camponesas é tão importante.

**00:29:43 Laura Montesi:** Muito obrigada, Polette. Acho que você nos dá uma visão muito ampla e, acima de tudo, nos diz que precisamos ter uma perspectiva de longo prazo, conhecer a história, em particular a história agrária do México. E tudo o que isso implicou para a produção camponesa, apenas para as pessoas que talvez não estejam tão familiarizadas com o contexto mexicano, explicar que quando falamos de 4T, esta é uma denominação que o governo de López Obrador deu a si mesmo, referindo-se à quarta transformação após as transformações sociais históricas que ocorreram no país. E bem, aqueles que estiveram no poder no último sexênio e no atual consideram que sua política representa uma grande transformação a partir da base do país, e isso passou a fazer parte do vocabulário cotidiano da população mexicana e também do nosso. Muito obrigado, Polette.

Acho muito importante essa ênfase que estão dando aos pequenos produtores, em *contraposição* às grandes indústrias, às grandes empresas alimentícias que já fazem parte do nosso panorama alimentar, não é mesmo?

Então, com essa nova política, com seus acertos, mas também com suas limitações que você estava começando a nos apresentar, fica evidente que o México, no sexênio anterior e no atual, vem publicando decretos, realizou uma reforma constitucional com o objetivo de proteger o que podemos chamar de sistema do milho mexicano, lembrando que o México é reconhecido como centro de origem e que, evidentemente, temos uma enorme variedade biogenética e cultural em relação a este grão básico da nossa alimentação. Quão importantes são essas ações em termos de reformas e decretos? E, por outro lado, quais são as limitações de se trabalhar em termos de reformas constitucionais? E, do seu ponto

de vista, quais deveriam ser os passos concretos para proteger o sistema do milho mexicano e a soberania alimentar?

**00:32:03 Polette Rivero:** Gosto muito da sua pergunta porque está relacionada com a anterior, e aqui a primeira coisa que gostaria de dizer é que, na realidade, as lutas dos camponeses e camponesas do nosso país são históricas e que, de fato, se hoje podemos falar desse grande sistema diversificado que é a milpa, é precisamente porque eles têm sido os cuidadores históricos. Portanto, não podemos pensar em nenhum e dessas mudanças normativas políticas que ocorreram no campo a não ser por essa luta histórica dessas pessoas, justamente como resultado dessa demanda histórica, à qual se somam organizações civis e até mesmo a academia, com um pensamento muito mais crítico. Acredito que todas essas reformas no âmbito jurídico foram fundamentais porque mostram a importância de defender nosso milho, especialmente após o período neoliberal que mencionei, que trouxe consigo a entrada dos organismos geneticamente modificados. O campo jurídico é apenas um dos outros territórios onde se deve disputar a defesa do nosso milho, da nossa alimentação, da nossa saúde e até mesmo da nossa vida. E, nesse sentido, acredito que o campo jurídico também se configura como uma luta pela narrativa jurídica e o que vemos é que, apesar de o direito não ser tudo, a norma não ser tudo, tanto de um lado quanto do outro ela é utilizada, seja para defender os direitos comerciais ou os direitos humanos, os direitos da vida, e é por isso que são tão importantes.

Se fizéssemos um breve recuo de todas as ações que foram realizadas em matéria política e jurídica para defender este país, acho que teríamos que fazer um reconhecimento, iríamos pensar, por exemplo, que a partir de 2020 foi publicado o decreto presidencial para a eliminação gradual do glifosato e a proibição do consumo de milho transgênico, com vistas a que isso acontecesse até 2024. E aqui a análise tem que ir além do jurídico, das pressões feitas pelas grandes corporações americanas, pelo próprio governo americano no âmbito do T-MEC, pois levaram o governo de Andrés Manuel a permitir, digamos, um novo decreto sobre o glifosato que flexibilizou os prazos para essa proibição em 2023. A partir daí, podemos até pular, não é? para essa guerra jurídica, vemos que essa participação no painel de controvérsias do T-MEC sobre a proibição do milho transgênico tem sido uma forma de pensar que temos um governo que, para muitos e muitas camponesas, camponeses, inclusive nós que somos consumidores, não necessariamente trabalhando diretamente com a terra, nos representa como um governo capaz de se posicionar em um painel para defender os direitos que estamos exigindo. E bem, sabemos muito bem que esse painel foi perdido, Laura também já deu conta desse processo.

No entanto, há outra luta que tem sido importante e é como elevar ao nível constitucional alguns outros direitos em matéria alimentar e, mais recentemente, com a proibição do plantio de organismos geneticamente modificados no milho, é claro, então eu acredito que toda essa série de reformas e leis são indispensáveis para entender esse campo de disputa. Bem, não quero que a Lei Geral de Alimentação seja aprovada em 2024 e, bem, poderíamos acrescentar. Então, isso demonstrou que há muitos, muitos campos de batalha, não é? No entanto, e com isso gostaria de encerrar, acredito que a proteção do milho mexicano deve



passar por um reconhecimento substantivo pleno dos direitos dos camponeses, das camponesas e das comunidades, porque sem esse reconhecimento também estamos permitindo que esse sistema desigual continue se estabelecendo, que é o que não permite que tenhamos sistemas alimentares mais saudáveis e o cuidado com o milho. Ou seja, o que quero dizer com isso? Que é o sistema alimentar corporativo que domina, digamos, o mundo, e, nesse sentido, é uma disputa em muitos campos, ou seja, no narrativo, no jurídico, é claro, no econômico, e os camponeses e camponesas precisam ter seus direitos econômicos devolvidos para poderem então recuperar toda essa possibilidade de serem produtores de vida, não apenas de milho, não apenas de milpa, mas de vida. Acho que é uma luta muito profunda, mas nos faz perceber que, no final, neste contexto histórico, estamos disputando a vida e os camponeses e camponesas do nosso país, e acho que a luta pelo milho é exemplar para todo o mundo.

**00:37:25 Laura Montesi:** Ótimo, muito obrigada, Polette. Fico com várias coisas, entre elas que a norma não é tudo, mas é muito importante. E, claramente, para que ela tenha força, é necessária uma conscientização e um apoio popular. Então, eu enfatizaria isso que você comentou sobre o reconhecimento substantivo dos camponeses e camponesas e a necessidade de reconectar a cidade e o campo também no imaginário das pessoas e reconectar o máximo possível consumidores e produtores para que possamos exigir uma alimentação melhor em meio a uma crise alimentar e de saúde que é tremenda, não só no México, mas particularmente em nosso país. Muito obrigado, Polette.

Vamos continuar com Aldo, bem-vindo, Aldo, pois tenho uma grande pergunta para você. Atualmente, fala-se muito sobre soberania alimentar, mas, na verdade, esse conceito é usado de maneiras diferentes e, às vezes, até contraditórias, me parece, ou incompatíveis entre si. Você tem defendido muito a agricultura tradicional, a agroecologia, e tem se envolvido nas lutas dos camponeses e indígenas em defesa do milho nativo.

Então, o que eu quero perguntar é qual é a definição de “soberania alimentar” da Via Campesina e por que essa concepção é tão relevante para hoje em dia? E, para nossos ouvintes também, se você puder nos contar brevemente o que é a Via Campesina.

**00:38:59 Aldo González:** Bem, soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos nutritivos que sejam culturalmente adequados, acessíveis à população, produzidos de forma sustentável e ecológica, e também o direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo. O que isso significa? ou seja, atualmente os governos e a ajuda alimentar internacional têm fornecido alimentos às populações para que tenham o que comer, mas não são necessariamente alimentos nutritivos, seguros ou culturalmente adequados, certo? Digamos que, no México, consumimos milho e gostaríamos de consumir o milho produzido no México, que é produzido com milho nativo, produzido com nossos próprios sistemas tradicionais de produção, de forma efetivamente ecológica, respeitando a natureza, e que tenhamos o direito de decidir que milho vamos consumir e que esse milho esteja disponível no mercado, porque atualmente o milho que está disponível no mercado, a maior parte

dele, o que é produzido no México, é produzido com agrotóxicos, não é? Com tecnologias da Revolução Verde.

Os camponeses mexicanos têm poucas possibilidades de produzir seu próprio milho porque suas economias foram prejudicadas nos últimos 40 anos e muitos camponeses foram obrigados a migrar, então estão produzindo cada vez menos alimentos próprios, mesmo assim, em nível mundial, 70% da população continua produzindo seus próprios alimentos, mas o mercado internacional, controlado por algumas grandes empresas, está tentando monopolizar toda a produção de alimentos em nível mundial e distribuí-la por meio de supermercados ou outras cadeias de distribuição de alimentos. Então, digamos que a soberania alimentar resiste, o princípio da soberania alimentar resiste a que sejam as transnacionais que tenham o controle sobre os alimentos. Além disso, ter os alimentos por perto significa que eles não serão transportados de um continente para outro, como acontece atualmente, o que também gera gases de efeito estufa.

Atualmente, a agricultura, a agricultura industrial, é a que gera mais gases de efeito estufa do que qualquer outro sistema de produção em nível mundial. Ela está gerando mais da metade dos gases de efeito estufa que são liberados no ambiente, e isso se deve à produção de fertilizantes à base de petróleo, ao transporte de mercadorias e, à quantidade de combustível utilizada para operar as máquinas, para gerar a energia necessária e para o consumo de água. Em suma, digamos que a agricultura consome muita energia e, se esses alimentos fossem produzidos localmente, isso diminuiria significativamente.

O tema da Via Campesina. A Via Campesina é uma organização internacional que está presente em todos os continentes do planeta e que reúne mais de 300 milhões de camponeses de diferentes lugares. Todos esses camponeses produzem seus próprios alimentos para o consumo local de suas famílias, comunidades e vilarejos, e lutam pelo reconhecimento dos direitos dos camponeses em nível internacional. Atualmente, existe uma Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses.

**00:43:09 Laura Montesi:** Muito bem, você já abordou muitos pontos importantes e estava explicando como esses mercados internacionais, que estão basicamente homogeneizando a produção, a distribuição e o consumo de alimentos básicos, incluindo o milho, têm uma série de repercussões e efeitos negativos, tanto em termos culturais e sociais quanto ambientais. Então, falando de mercado, parece-me que, em mais de uma ocasião, em sintonia com a Via Campesina, você defendeu publicamente que, na verdade, a agricultura deveria ficar fora do mercado.

E então a pergunta é: o que isso significa? É mesmo possível? Que papel a agricultura tradicional e a agroecológica deveriam desempenhar no sistema de produção nacional, pensando no México? E em que sentido a política deveria deixar de vê-las como relíquias do passado, algo que vai desaparecer de qualquer maneira?



Bem, eu acho que, em primeiro lugar, é importante ter claro quem tomou a decisão de deixar de apoiar a agricultura na maioria dos países do mundo. Isso não foi feito em cada país, foi feito por pressão da Organização Mundial do Comércio do Banco Mundial, que obrigou os países a elaborar uma política pública que abrisse os mercados e deixasse de subsidiar os camponeses e o campo em geral. Isso começou a ser implementado no México há aproximadamente 40 anos. Certamente muitos se lembram da CONASUPO, a Comissão Nacional de Subsistências Populares, que era responsável, entre outras coisas, por regular os preços dos produtos agrícolas. Bem, a CONASUPO desapareceu, os preços de garantia os produtos agrícolas desapareceram, a produtora nacional de sementes no México, que era responsável por fornecer sementes aos agricultores, desapareceu, e a DINA, que produzia, entre outras coisas, alguns transportes e maquinário para uso agrícola, também desapareceu. Então, digamos que no México, como em outros países, deixou-se de subsidiar os camponeses, deixou-se de conceder apoios diretos à produção, por exemplo, financiamento para poder investir no campo. Também lhes foi retirada a possibilidade de ter seguros para a perda de colheitas, entre outras coisas. Então, diante dessa situação, o campo mexicano foi se enfraquecendo, cada vez há menos agricultores no México.

Muitos dos camponeses, sobretudo das regiões mais pobres deste país, viram-se obrigados a migrar para os Estados Unidos ou para outras partes do nosso país, deixando de produzir os seus próprios alimentos, não, então digamos que esse modelo neoliberal é o que levou ao desaparecimento dos camponeses, que os camponeses se tornaram mão de obra nas cidades e que a produção do campo começou a ser retomada pelas transnacionais. Diz-se que esse modelo mudou para que pudéssemos produzir alimentos para exportação e, de fato, estão sendo produzidos alimentos para exportação no México. Digamos que a balança comercial do campo ainda seja favorável para o nosso país, mas o que está sendo produzido? Estão produzindo hortaliças, algumas frutas que precisam de muita água para a produção e estão deixando de produzir alimentos básicos como milho, feijão, arroz, entre outros.

Então, digamos que nosso país depende cada vez mais de outros países, principalmente dos Estados Unidos, para poder ter os alimentos necessários para as famílias, e essa situação nos deixou em um estado de vulnerabilidade. Além disso, as regulamentações, por exemplo, ambientais, fizeram com que atualmente em nosso país tenham migrado as granjas avícolas e suínícolas para o nosso país, porque aqui as regulamentações ambientais não são rigorosas. Elas estavam nos Estados Unidos e foram transferidas para o México, e agora esses animais precisam se alimentar, e digamos que o modelo com o qual essas fazendas de produção de carne foram projetadas é baseado na alimentação com transgênicos. É por isso que atualmente em nosso país estão sendo importadas grandes quantidades de milho transgênico e, aparentemente, digamos, nosso país não é autossuficiente em milho, mas é pelo milho que precisa ser importado para a produção de carne.

**00:48:17 Laura Montesi:** Muito interessante, Aldo, e muito assustador ao mesmo tempo, porque essas grandes mudanças e essas políticas públicas nos mostram que, no fim das

contas, elas têm repercussões em nosso meio ambiente, em nossa alimentação, nos alimentos que colocamos na mesa, e esse alarme que você está soando, esse alerta de que, no fim das contas, os transgênicos estão muito presentes. E se eles não estão presentes diretamente em nossa alimentação, o que também teríamos que verificar com mais testes científicos e evidências, na verdade estamos consumindo-os através das carnes e dessa grande indústria que, no final das contas, está devastando muitos territórios do nosso país. Então, muito obrigado por suas contribuições. Agradecemos o trabalho que você faz junto com seus colegas aqui em Oaxaca, no México e de forma transnacional com a Via Campesina.

E agora vamos nos despedir novamente, agradecemos muito a participação de Ana, Polette e Aldo. É um privilégio tê-los aqui conosco. Agradecemos também aos nossos colegas que tornam essas sessões possíveis e, é claro, a todos que nos ouvem, pela atenção.

Convidamos vocês a continuar refletindo conosco com um segundo episódio que certamente trará mais perspectivas sobre os diferentes desafios que o Antropoceno nos apresenta e as desigualdades incorporadas nos sistemas alimentares e na saúde humana e não humana.

**00:49:54 Juan Mayorga:** Este episódio foi gravado virtualmente entre Guelatao, Oaxaca de Juárez e Cidade do México. A entrevista foi conduzida por Laura Montesi. A produção foi realizada por Gabriela Martínez e a edição de áudio e pós-produção por Juan Mayorga.

Este podcast é uma colaboração internacional entre a University College London, em Londres, Reino Unido, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, Brasil, e o Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, em Oaxaca, México.